

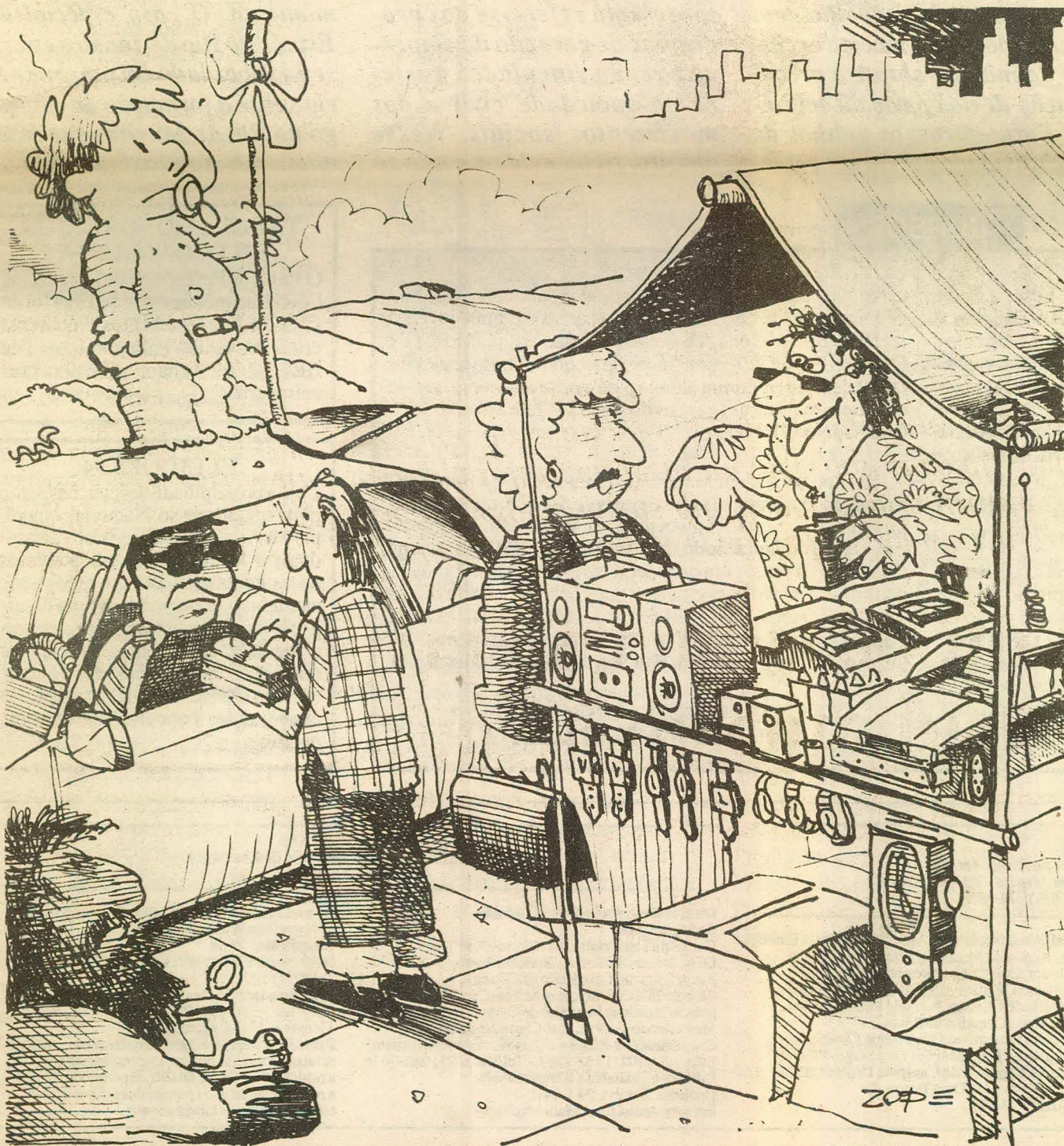
I N F O R M E
CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 61 • Maio 1994

Seminário discute problema do nível de emprego no Brasil

Embora a taxa de desemprego aberto do país seja de 5% ao ano, a precariedade das relações no mercado de trabalho preocupa especialistas que debateram, durante seminário organizado pelo CORECON, problemas como a falta de oferta no mercado formal, o conseqüente crescimento do mercado informal, flexibilidade da economia, projetos de renda mínima, entre outros, levando-se em conta a grave situação social do país.

Páginas 5 a 8



Os impactos do GATT no Terceiro Mundo

Páginas 3 e 4

Os descompassos entre Brasil e Argentina na conclusão do Mercosul

Página 10

Sistema de Projeções Qualificadas

Página 11

O A Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, iniciada há aproximadamente um ano, encontra-se diante de um novo desafio: colocar a questão do desemprego no centro das preocupações nacionais. O avanço na sua superação passa por propor alternativas para o País que tenham o emprego e o desenvolvimento como referências básicas do modelo econômico e social. Com efeito, a preocupação com o emprego no instrumental da política econômica não deve ser o resultado acidental e secundário das políticas monetárias, creditícias, fiscais, muitas das vezes implementadas descuidando-se sistematicamente dos seus efeitos. O êxito da política de emprego depende em muito da sua institucionalização e operacionalização no manejo da política econômica.

O Seminário "Emprego: Políticas Macroeconômicas e Ini-

ciativas Locais" evidenciou um campo extremamente vasto para equacionar a questão do emprego de uma perspectiva que percebe possibilidades concretas de interação entre as atividades oriundas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais com as políticas do mercado de trabalho e macroeconômicas. Embora tenha havido consenso entre os expositores e sobre a importância do crescimento econômico para a geração de emprego, o mesmo não ocorreu quanto à natureza desse crescimento. Segundo determinados expositores, o novo padrão de acumulação que está se impondo para a competitividade internacional, por meio da automação micro-eletrônica e de novos modelos de organização do trabalho tem conduzido a uma maciça exclusão da mão-de-obra e à precarização de boa parte do emprego. Para outros, os ganhos de produtividade devem ser perse-

guidos por todos os segmentos produtivos, sob pena de se perder mercado interno para competidores estrangeiros, caso amente a abertura da economia.

Uma outra abordagem enfatizou o risco de uma dualização da sociedade, que poderia ser reduzido por meio da criação de mecanismos que facilitassem o repasse dos ganhos de produtividade dos setores inseridos na competição internacional para os demais segmentos.

Outro ponto de vista indicou que existe um espaço significativo para a definição de políticas de mercado de trabalho que articulassem o SINE, o seguro-desemprego e as instituições de formação profissional. Finalmente, o aspecto que mais se sobressaiu refere-se aos programas de geração de emprego e renda vinculados à esfera da sociedade civil e dos movimentos sociais. Nesse âmbito, ficou evidente não só

o potencial que esses programas apresentam como também que a realização desse potencial poderia ser bem maior se estivesse integrado a políticas macroeconômicas. Embora vários exemplos tenham sido dados nessa direção, é necessário despender novos esforços para se avançar na articulação dos movimentos sociais com o Estado.

Neste boletim, reproduzimos parte do debate ocorrido no Seminário, que terá continuidade no próximo número. Avançar na discussão das alternativas para a questão do emprego é uma das substanciais contribuições que os economistas podem dar a esse debate, e é esse o caminho que trilham as entidades de economistas do RJ neste momento. O caso especial do Estado do Rio de Janeiro estará sendo abordado em um seminário sobre a formação de emprego no Rio de Janeiro, que resenharemos na próxima edição.

CURSOS

O CORECON-RJ e o IERJ vão realizar, neste mês de junho, dois cursos de valorização profissional destinados a economistas e outros profissionais liberais, além de funcionários e servidores de órgãos públicos e empresas privadas. A Lei 8.666/93 será esmiuçada pela contadora Elizabeth Riguete Moraes nos dias 14, 15 e 16, das 9h às 12h, e o especialista em Matemática Financeira José Dutra Sobrinho explicará As Aplicações Financeiras e Empréstimos com a Implantação do Real (com uso da HP 12-C) nos dias 21, 22 e 23, das 18:30 às 21:30 h. O local é o auditório do CORECON-RJ, à Av. Rio Branco, 109 - 19º andar.

A contadora Elizabeth Riguete Moraes, Chefe de Gabinete da Controladora Geral do Município do Rio de Janeiro e especialista na matéria, dará o segundo curso de Licitações no Conselho Regional de Economia. O primeiro, mês passado, concedeu certificado de participação a 35 inscritos. Profissionais liberais, servidores de órgãos públicos, membros de cinco conselhos de fiscalização profissional e funcionários de empresas privadas participaram do

curso, que contou com farto material didático, modelos de editais e texto da Lei. As inscrições para o segundo deverão ser feitas pelo telefone 224-0578. Associados do CORECON / IERJ / SINDECON, estudantes de Economia, empresas ou entidades que enviaram alunos para o primeiro curso ou que enviarem mais de um para os dois dias 14, 15 e 16 terão 15% de desconto.

• Especialista em Matemática Financeira, sempre consultado pelos principais jornais do país, José Dutra Sobrinho ministrará seu curso Aplicações Financeiras e Empréstimos com a Implantação do Real (com uso da HP 12-C) poucos dias antes da passagem da moeda para o real. E certamente contribuirá muito para elucidar questões práticas do dia-a-dia. Associados do CORECON / IERJ / SINDECON, estudantes de Economia e empresas que enviarem mais de um funcionário ou servidor também terão 15% de desconto.

Maiores informações e inscrições pelos telefones 224-0578 e 231-1077

TABELA HONORÁRIOS DE ECONOMISTA

O Valor de Referência de Honorários (VRH) no mês de maio de 1994 foi de CR\$ 740,00 (setecentos e quarenta cruzeiros reais). Para junho, será de CR\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros reais).

ELEIÇÕES 94

Com a proximidade das eleições, tanto para o Congresso Nacional quanto para a Assembléia Legislativa Estadual, o Informe das entidades dos economistas/RJ abre um espaço aos candidatos economistas para a divulgação de: nome, número, cargo eletivo e legenda. Para tanto, solicitamos que os partidos enviem para a Secretaria do CORECON-RJ a relação de economistas concorrentes em seus quadros.

CORECON

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias

Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshovsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado

Reportagens: Malu Machado e Silvia Noronha
Fotografias: Wânia Corredo
Ilustrações: Zope
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366
Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

O GATT e seus impactos na agricultura

Guillermo Rogel *

Os governos de mais de 120 países encerraram em 15 de março passado, em Marrakesh, o mais ambicioso programa de liberalização comercial do mundo, assinando a "Ata Final" da Rodada Uruguai que cria a Organização Mundial de Comércio (OMC), instituição que substituirá o GATT.

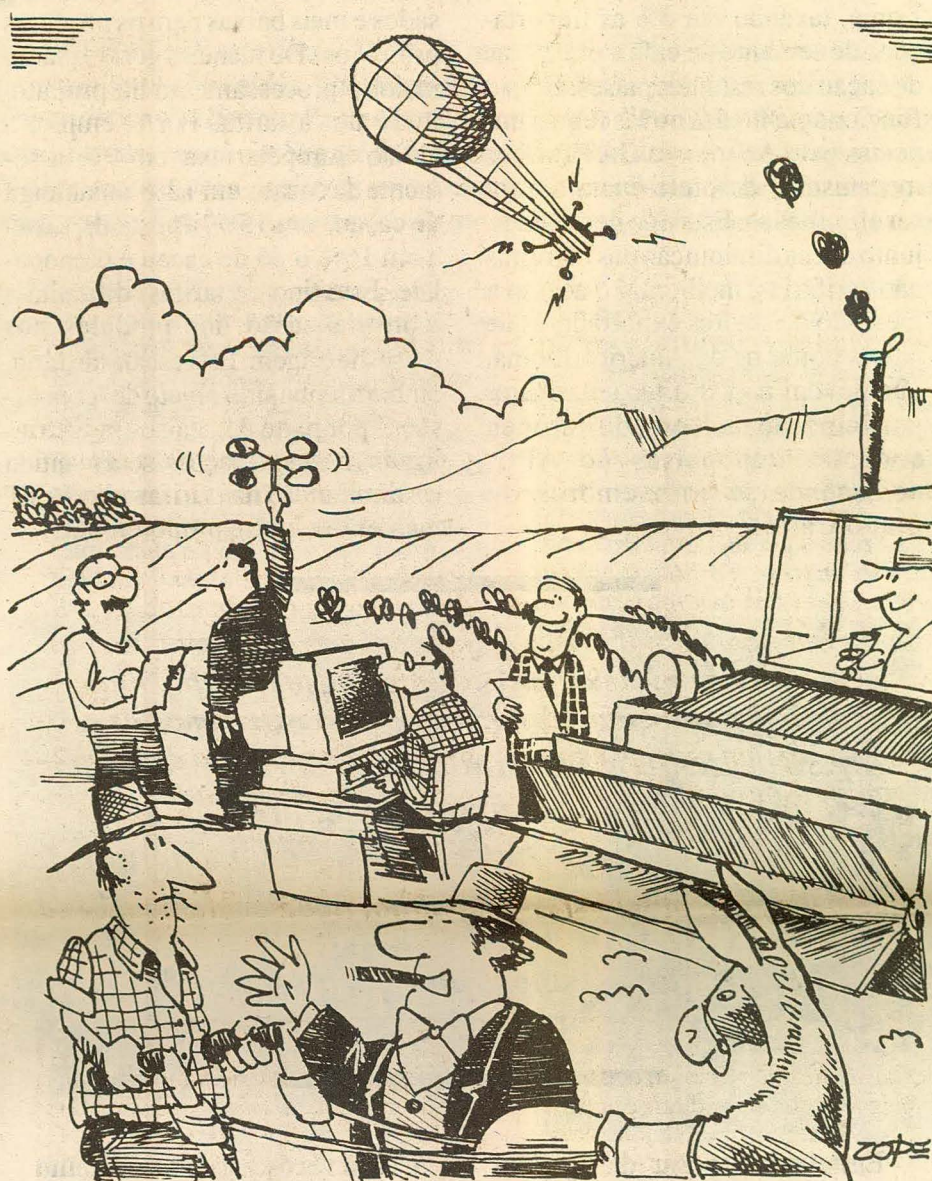
A liberalização do comércio de produtos agrícolas a ser promovida pela OCM - através de uma diminuição generalizada nos subsídios - produzirá uma complexa rede de ganhos e perdas entre os países participantes. Entretanto, de maneira geral, muitos analistas têm alimentado expectativas que os países do "terceiro mundo" poderão vir a ser beneficiados. Em primeiro lugar, porque os países industrializados são os principais subvencionadores da agricultura e, portanto, serão eles que farão as maiores reduções. Em segundo lugar, porque o corte de subsídios atingirá de forma diferenciada os diferentes grupos de países. Os chamados "em desenvolvimento" devem realizar cortes equivalentes aos dois terços daqueles realizados pelos países industrializados; e os mais pobres, "Least developed countries", sequer realizarão cortes ou reduções no nível de subsídios a sua agricultura.

Existe também entre observadores menos otimistas a percepção de que o impacto nos países do "terceiro mundo", embora negativo, seria pouco significativo em virtude de a) as exceções e regulamentos preferenciais para estes países - como os acima destacados - que diminuiriam possíveis efeitos negativos; b) as políticas de ajuste já realizadas por estes países nos últimos anos têm reduzido as barreiras as importações e o nível de subsídios em proporções acima das destacadas pelo GATT.

Estimamos que esses argumentos constituem simplificações que obscurecem a magnitude dos impactos que em forma diferenciada, afetarão tanto os países menos desenvolvidos quanto os diferentes atores sociais que caracterizam o espaço rural.

PAUTA DE NEGOCIAÇÕES

Para entender os impactos, é preciso considerar, primeiramente, os



pontos que dominaram a pauta das negociações sobre agricultura. Ele foram:

1. Tarifas sobre importações e subsídios às exportações de produtos agrícolas.
2. Políticas de apoio ao setor agrícola.
3. Acesso a mercados.

Apontaremos para cada caso, os tipos de medidas, que os países membros do GATT deverão aplicar para a redução no nível dos subsídios:

Tarifas sobre importações e subsídios às exportações

a) Os países devem diminuir o nível dos subsídios às exportações de duas formas: a1) Redução nas valores subsidiados em 36% para os países industrializados e em 24% (dois terços) para os "em desenvolvimento". a2) Devem reduzir também o volume das exportações subsidiadas: em 21% os países industrializados e

em 16% os "em desenvolvimento".

b) Os países industrializados devem reduzir em 36% as tarifas aplicadas às importações agrícolas em seis anos enquanto que os países "em desenvolvimento" as reduzirão em 24% no prazo de 10 anos.

Apoio ao setor agrícola

Os países industrializados devem diminuir em 20% os subsídios à agricultura, no período de 6 anos, enquanto que os países em desenvolvimento o farão em 13,3%, no período de 10 anos. Quando o apoio total ao setor não ultrapassa 5% do Valor da Produção Agrícola total dos países industrializados e 10% do Valor da Produção dos países "em desenvolvimento", não será preciso efetuar nenhuma redução nos subsídios.

Mercados

Os países industrializados devem dar acesso a 5% de seus mercados

agrícolas no prazo de seis anos, enquanto que os países "em desenvolvimento" devem conceder 3,3% de seus mercados no prazo de 10 anos.

IMPACTOS

Analisaremos agora alguns dos impactos decorrentes da entrada em funcionamento do novo Acordo de GATT.

Impacto via preços

Apesar das exceções para os "países menos desenvolvidos" e do tratamento preferencial para os países "em desenvolvimento", a diminuição dos subsídios deve produzir um aumento nos preços dos produtos agrícolas de maneira generalizada, com impacto negativo nas economias dos países do terceiro mundo.

Algumas agências tem desenvolvido estudos econométricos multivariáveis que apontam aumentos nos preços dos produtos agrícolas. Apesar de que tais análises estão sujeitas à influências de inúmeras variáveis que podem alterar sensivelmente seus resultados, parece claro que, de qualquer forma, uma diminuição nos subsídios acarretará um aumento nos preços, e nesse sentido, tais tipos de estudos podem indicar o sentido de algumas tendências. Por exemplo, a OCDE (Organização para Cooperação econômica e o Desenvolvimento, que reúne os 24 países mais ricos), estima aumentos no preços de trigo em 5,9%, de milho e cevada em 3,6%, de açúcar em 10,2%, de carne bovina em 4,7%, de chá em 3%, de óleos vegetais (soja) em 4,1%, de produtos lácteos em 7,2%, de algodão em 3,7%.

Ocorre que dos 134 países considerados como "em desenvolvimento", 104 são importadores líquidos de alimentos.

Estes países exportam alimentos por valores na ordem dos US\$ 13 bilhões e importam por valor de US\$ 49 bilhões, com um balanço negativo da ordem de US\$ 35,5 bilhões. Para mais da metade destes países, classificados como de baixa renda (69 países com renda per capita inferior a US\$ 940), aumentos nos preços de produtos com importância na cesta básica, pode significar severas restrições a sua capacidade de abastecimento alimentar.

Para o Brasil, o aumento nos preços, segundo o economista da FGV A. Brandão (JB, 21/2/94) pode implicar ganhos de renda da ordem de dois bilhões de dólares, valor relativamente baixo se comparado com o total das exportações brasileiras, na ordem dos 36 bilhões de dólares segundo o Banco Central. Contudo, as mudanças nos preços dos produtos agrícolas têm efeitos diferenciados. Em princípio, são os setores exportadores os beneficiários do aumento acima destacado, e os importadores os prejudicados.

Analisaremos os principais produtos agrícolas que constituem a pauta de exportações e importações brasileira para entender melhor os impactos.

Em relação às exportações, a lista de produtos mais relevantes segundo sua participação no total do valor exportado é constituída por: complexo soja (7,4%), carne (3,4%), café (3%), suco de laranja (2,9%), fumo em folhas (2,2%), açúcar (1,5%), e cacau (0,7%). A partir desses dados pode-se deduzir que os setores exportadores de soja, de carne, e de açúcar, se verão beneficiados.

Dentro da pauta agrícola de importações, destaca-se largamente o trigo, representando 2,6% do total das importações brasileiras; o aumento esperado do preço, da ordem de 6%, terá impactos negativos na economia do país, particularmente para os consumidores.

Portanto, seria interessante equacionar aos 2 bilhões de ganhos esperados para o setor exportador brasileiro, as perdas creditadas ao aumento no valor das importações pagas por toda a população.

O aumento dos preços dos produtos agrícolas comercializados beneficiará principalmente aqueles países com vantagens comparativas, sejam tecnológicas, como é o caso dos países industrializados e grandes produtores com economias de escala, sejam vantagens naturais, caso de países como Argentina para produtos de clima temperado.

Impacto via mercados

Ao aumento dos preços soma-se a abertura dos mercados que expõe os países à concorrência de produtos ainda subsidiados.

Tal situação afeta mais os países importadores de alimentos, situação na que se encontram a totalidade dos países ditos "menos desenvolvidos" e as duas terças partes dos chamados "em desenvolvimento".

A abertura dos mercados dos

países industrializados provocará ganhos em alguns países mas perdas em outros. Por exemplo, atualmente a União Européia outorga acesso privilegiado a seu mercado a países Africanos, do Caribe e do Pacífico (APC), membros da Convenção de Lomé, taxando em 4% as importações de semente de café e em 3% as de cacau dos restantes países. Com o funcionamento das novas regras impostas pelo Acordo do GATT, estes mecanismos de preferência devem ser eliminados. Este tipo de medidas, junto a uma diminuição das barreiras não-tarifárias, melhorará o acesso a mercado de setores exportadores de países como os da América Latina, que devem passar a ter uma maior participação no mercado europeu a custos dos países do APC, destacando-se os membros do grupo Cairns.

Impacto via comércio mundial

É de se esperar uma maior deterioração dos termos do intercâmbio no comércio mundial de produtos agrícolas. Uma dos problemas que os países do sul enfrentam são tarifas mais altas para os produtos processados e mais baixas para os produtos primários. De maneira geral, quanto maior o processamento do produto, mais alta a tarifa. Por exemplo, a União Européia taxa em 3% a semente de cacau, em 12% a manteiga de cacau, em 15% a pasta de cacau e em 16% o pó de cacau e o chocolate. Este tipo de tarifas dificulta a industrialização dos produtos nos países de origem. Esta escalafar tarifária, embora tenha sido objeto de "concessões" por parte dos países industrializados nas negociações, será mantida e a diminuição das tarifas via GATT manterá-se quase proporcional.

"O GATT se constitui num programa de políticas globais em que os países industrializados declaram seus próprios problemas como os de toda a humanidade, prejudicando sensivelmente os demais países. Por outro lado, harmonizar as regras de comércio internacional, via GATT, surge como única estratégia. Parece que estamos num beco sem saída."

Entretanto, apesar dos ganhos setoriais, a liberalização do comércio agrícola aponta processos de distribuição da produção mundial segundo vantagens comparativas. Tal processo pode afetar sensivelmente a segurança alimentar, mesmo de países como o Brasil, que apresenta uma pauta diversificada de produção agrícola mas um contingente populacional significativo (149 milhões) com profunda desigualdade na distribuição da renda, que se reflete na subnutrição e fome de 32 milhões de brasileiros.

Evidências como essas expõem a fragilidade alimentar do país não nível daqueles que dependem grandemente das importações para garantir o fornecimento de alimentos. A nível produtivo, os agricultores mais impactados serão aqueles pequenos produtores familiares que têm sofrido processos de descapitalização nos últimos anos e que carecem de condições estruturais para competir com os produtos importados.

Caixa verde e caixa vermelha

O acordo do GATT diferencia dois tipos de medidas de política, aquelas que são objeto de reduções obrigatórias, incluídas na chamada "caixa vermelha", e as que não são obrigatórias, as chamadas da "caixa verde". A questão, a primeira vista muito interessante, não deixa de ser controversa. Assim, subsídios "input", geralmente mais importantes para pequenos agricultores descapitalizados, como fertilizantes ou créditos subsidiados, estão dentro da "caixa verde". Os subsídios "output", por exemplo de preços mínimos de garantia ou programas de armazenagem, que não discriminam pequenos ou grandes produtores, estão dentro da "caixa vermelha" e como tal de redução obrigatória.

Esta categorização, se de um lado aparece como "razoável" e em certa forma "progressista", de outro, consolida privilégios diferenciais entre os países. Torna "ilegais", face às regras do GATT, as medidas de po-

lítica agrícola tradicionalmente implementadas pelos países "em desenvolvimento" ao mesmo tempo em que "legaliza" os instrumentos de subsídio que os países industrializados já aplicam ou que têm maiores condições de outorgar. São as transferências de renda direta do Orçamento federal para o agricultor, pagas pelo contribuinte fiscal e não pelo consumidor.

Esse tipo de subsídios, "deficiency payment", como praticado nos Estados Unidos e na União Européia depois da reforma da política agrícola (PAC), será estabelecido como "caixa amarelo", não estando submetida a reduções obrigatórias e também não podendo ser questionado nos próximos seis anos.

Cabe destacar que, as medidas especiais de "caixa verde" (não obrigatórias) para os países "em desenvolvimento", subvenções através de investimentos em infraestrutura ou subsídios para compra de insumos por parte de agricultores familiares descapitalizados serão concedidas na medida que façam parte de programas de desenvolvimento rural. São reconhecidas as características clientelísticas e desestruturadoras das organizações locais que marcam este tipo de programas quando conduzidos pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

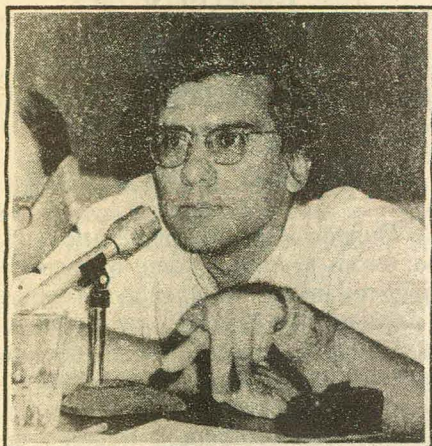
Parece estarmos num beco sem saída. Por um lado, o GATT constitui um programa de políticas globais (mesmo admitindo as diferenças estabelecidas entre países) cuja lógica opera para todos os países. Nele os países industrializados declaram seus próprios problemas como os de toda a humanidade e portanto globalizam suas soluções prejudicando sensivelmente os países "em desenvolvimento" e os "menos desenvolvidos". Por outro lado, a procura de harmonização das regras de comércio internacional através do fortalecimento do GATT aparece como a única estratégia, pois foruns multilaterais ainda parece ser uma das melhores formas de defesa dos interesses dos países do que a arbitrariedade direta do bilateralismo, onde o capacidade de pressão e de retaliação das superpotências se impõe sem mediações.

Contudo, as disputas não se encerram com a assinatura da "Ata Final". Muitos conflitos e "interpretações" das novas regras, terão que ser negociados nos próximos anos.

* Sociólogo e Consultor do Ibase.

Mercado de trabalho: qualidade é fundamental

O Seminário realizado no CORECON nos dias 25 e 26 de maio se propôs a colocar em discussão o problema do desemprego no Brasil e a qualidade dos empregos oferecidos. Quatro mesas expositoras serviram como ponto de partida em busca de soluções. A primeira mesa fez um "Diagnóstico Preliminar"; a segunda, tratou das "Políticas Macroeconômicas e de Mercado de Trabalho"; a terceira, "O Quadro Institucional e a Seguridade Social"; e, por último, foram apresentadas "Iniciativas Locais". O Informe CORECON abre espaço para registrar essa importante iniciativa de debate, transpondo aqui o resumo das idéias de cada palestrante. Em breve, será editado um boletim do IERJ com todos os textos consolidados.



Carlos Alberto Ramos - UNB

Quadro Internacional: Flexibilidade e Reestruturação

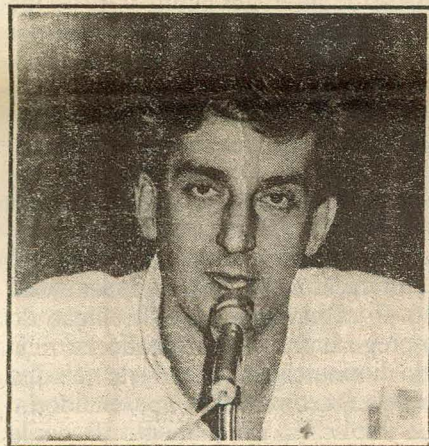
Nos anos 70, o tema do desemprego foi ligado às crises econômicas da época, surgidas em vários países. O pensamento era lógico: uma vez resolvendo as crises, terminaria o desemprego. Uma das coisas mais marcantes nos anos 80 é que se cresce sem gerar emprego. As tentativas de responder a esta questão passaram a ser formadas não mais em políticas calcadas sobre a variável macroeconômica, mas sobre o mercado de trabalho.

A primeira resposta surge por parte dos neo-liberais. O crescimento econômico não gera empregos, porque há rigidez no mercado, como sindicatos e salário mínimo. Enfim, instrumentos extra-econômicos que não permitem que o mercado funcione apenas pela competitividade. Essa é a política adotada pelos EUA e a Inglaterra nos anos 80: desregulamentação do mercado de trabalho, permitindo o máximo de flexibilidade e, assim, a geração de empregos. A segunda alternativa seria a dos países social-democratas, que buscam adequar a mão-de-obra às novas tecnologias.

As duas alternativas foram um fracasso. A primeira porque baixou a taxa de desemprego, mas com a criação subempregos. A segunda, porque não gerou empregos. Nos países europeus, que adotaram a alternativa social-democrata, o que se percebe é que quem estava desempregado ontem continua desempregado porque não assimilou essas novas técnicas. E a cada dia fica mais difícil para ele ser qualificado para um novo emprego.

O financiamento de organismos

como as ONGs para projetos capazes de gerar empregos dentro das diversas comunidades pode ser uma solução. Porém, esses projetos levam à produção de bens de qualidade inferior, que são demandados pela população de baixa renda. Por outro lado, tem-se uma parte da sociedade que está trabalhando para o mercado mundial, com uma elevada produtividade e salários, o que resulta em uma dualização via mercado de trabalho. Há de se criar empregos via comunidades, mas de produtos que não sejam consumidos só por essa comunidade. De alguma forma, os ganhos de produtividade devem ser socializados com a parte da sociedade que não está na produção de ponta.



André Urani - IPEA/RJ

Setor Formal e Informal no Brasil

A taxa de desemprego aberto no Brasil é muito baixa em relação ao resto do mundo - 5%. O principal problema, no entanto, é a má qualidade do emprego, tanto no setor formal quanto no informal. A questão é como fazer para aumentar o número de empregos de boa qualidade e diminuir os de má qualidade. Para isso, é preciso mexer com o lado da oferta, criar estímulos de maneira que as pessoas não sejam obrigadas a vender seu tempo por pouco. Ou seja, aumentar o salário de reserva dessas pessoas, o que deve ser feito através de um programa de transferência maciça de renda mínima. Segundo a lei da oferta e da procura, diminuindo a demanda, a tendência do salário seria aumentar.

Outro lado é aumentar a proporção de empregos de boa qualidade, através da retomada do crescimento. Para isso, antes de se falar em globalização, devemos falar em estabilização. Foram colo-

cados aqui modelos que fracassaram mundialmente, o que nos leva a supor que novas soluções terão que ser pensadas. Precisamos de uma maior inserção da economia brasileira no mercado externo, com de uma mão-de-obra mais qualificada, e precisamos retomar o salário mínimo como um farol. Ou seja, um parâmetro de remuneração digno, a meta de salários que as pessoas almejam em suas vidas. E isso significa discutir também a questão desse salário mínimo dentro do universo do emprego público.



Jane Souto - IBGE

Evolução Recente do Mercado de Trabalho no Brasil

Os jornais desta semana estão apontando como uma das prioridades de todos os candidatos à Presidência a questão do emprego. Significativamente, esse tema também é trazido no desdobramento de uma das campanhas mais interessantes ocorridas na sociedade brasileira - a Campanha Contra a Fome e a Miséria.

O desemprego, no caso específico do Brasil, tem uma dramaticidade maior, porque estamos combinando efeitos perversos, advindos de uma situação de esvaziamento da economia nos anos 80 e da crise do Estado, que não tem condições de desenvolver uma política compensatória.

Nos anos 70, o elemento motor do crescimento de emprego foi a indústria. No anos 80, isso se deu nas atividades terciárias. No início dos anos 90, mais da metade da população ativa já se ocupava com trabalhos terciários. Além disso, como tentativa de uma política compensatória do governo, a oferta do emprego público aumentou.

Esse grande crescimento ocupacional, causado pela organização do setor terciário, não é sinônimo de qualidade, mas razão de um crescimento de atividades de baixíssima produtividade, relacionadas às atividades informais. Prova disso é que o comércio ambulante foi o setor de maior crescimento ao longo da década passada.

Há uma clara deterioração das relações de trabalho. O modelo de emprego clássico, em que um agente trabalha para um único empregador, num local definido, com direitos previstos em lei, está corroído. Aumenta o número de "empregos disfarçados", clandestinos, que não dão nenhuma garantia ao trabalhador, como também aumenta o número de trabalhadores autônomos.

Essas mudanças estão associadas ao crescimento do fenômeno microempresarial e à ampliação do setor informal. Assim, o crescimento de empregados sem carteira pode ser um processo de flexibilização da empresa, como redução de custos da produção. Seria um processo de informalização, dentro do setor organizado da economia, ao mesmo tempo em que surgem atividades familiares, com retomada do trabalho em domicílio.

Outro lado grave dessa questão é o da juventude pobre do Brasil. O país tem um contingente de 7 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 a 17 anos, no mercado de trabalho, sob uma Constituição que proíbe o trabalho de menores. Esses jovens estão executando tarefas que guardam pouca ou nenhuma relação de aprendizado significativo para o seu futuro. A porta de entrada dos meninos é pela enxada, no setor agrícola ou em atividades que exijam destreza física. Para as meninas, a porta de entrada é a porta dos fundos. São as atividades domésticas, de trabalhos manuais. Certamente não vai ser essa inserção no mercado de trabalho que vai garantir a esses jovens qualquer tipo de reconhecimento futuro.

Desses jovens, 65% trabalham mais de 40 horas por semana. Apenas 25% têm carteira assinada. 87% ganham menos de um salário mínimo. Nessas condições, dificilmente esses jovens terão desenvolvido o sentido de direito constitucional. No Brasil, apesar da melhoria observada no nível de escolaridade, a situação educacional ainda é desfavorável. Existem hoje três milhões e quatrocentos mil jovens analfabetos. Se o quadro combina crianças sem estudos com empregos nada promissores, o direcionamento de políticas para a juventude assume, a meu ver, um caráter prioritário.



Claudio Salm - IEI

Qualificação do Trabalho e Educação

As empresas que estão se reestruturando apontam as carências educacionais como maior obstáculo para se modernizarem. A questão da educação básica passou a ser um fator de produtividade sistêmica no país. O ensino vocacional perdeu espaço. Mais importante é uma escola que, além de ler e escrever, ensine a pensar. A formação para a cidadania é a formação que o mercado de trabalho exige hoje.

A tragédia é que, apesar dessas mudanças, a nossa educação básica é uma calamidade. Nesse momento, cerca de dez milhões de crianças na escola estão condenadas ao fracasso porque não conseguem aprender. 22% concluem o primeiro grau em oito anos. E não mais que 40% concluem em algum dia o primeiro grau. Na medida em que repetem, chegam na idade de faturar algum e se evadem.

Falta transparência no orçamento brasileiro para a educação. Nós devemos estar gastando, nos sistemas regulares de ensino, US\$ 15 bilhões - entre 3,5% a 4% do PIB - dos quais cerca de US\$ 9 bilhões no primeiro e segundo grau e US\$ 6 bilhões no ensino superior. Esse total está 25% abaixo da média internacional. Bastaria que os municípios cumprissem a lei Calmon, gastando 25% da sua receita de impostos em educação, que chegaríamos a essa média. Como o governo Collor destruiu a capacidade de se acompanhar as contas municipais, não temos como cobrar isso. Alcançar essa média é o suficiente para manter um sistema já existente. Mas, para recuperarmos o atraso educacional, teríamos que investir mais.

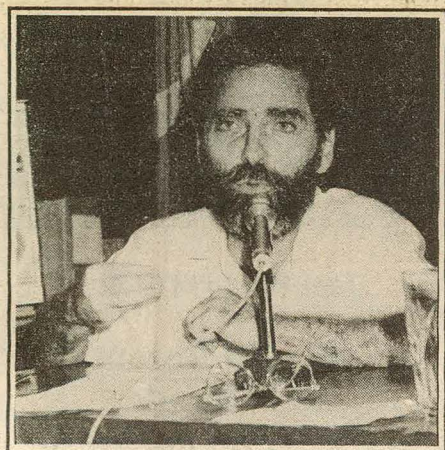
Embora esse gasto seja pouco, ele não justifica os resultados tão medíocres do nosso ensino. Esse gasto atual daria US\$ 350 por aluno no primeiro e segundo grau, o que é mais do que o suficiente para se dar um ensino razoável.

A questão central é a formação do magistério. A situação é tão grave que o MEC deveria voltar a responsabilizar-se pela formação dos professores, tentando salvar o desastre que foi a privatização desse ensino. A União deveria acabar com os gastos pulverizados com o primeiro grau, distribuídos de maneira clientelista entre municípios e escolas, sem nenhum controle.

O ensino tecnológico é outro ponto a ser debatido. As escolas da área absorvem 1% do alunado do 2º grau, com um custo 70% maior. Metade desses egressos de escolas técnicas entra na faculdade. O Estado financia um ensino de ótima qualidade, como um belo vestibular gratuito para se chegar ao terceiro grau. Acredito que o financiamento dessas formações especiais deveria ser compartilhado com o sistema de formação profissional, organizado em setores, gerido com participação sindical, e os recursos adicionais deveriam vir de empresas que irão aproveitar essa mão-de-obra.

Vale dizer que o empresariado brasileiro não tem um comportamento satisfatório: embora aponte como obstáculo a má formação educacional, apresenta raríssimas propostas de parceria com a rede pública para reverter esse quadro. Isso deveria se dar também por parte das grandes estatais.

Por último, já que olhamos tanto para os tigres asiáticos, poderíamos imitar alguns pontos do sistema educacional deles: os professores são melhores pagos, a jornada escolar é maior e mais divertida e o ensino é feito em cima de experiências vivenciadas pelas crianças orientais, não caindo no erro de alfabetizar com "vovó viu a uva" para uma criança que nunca viu uma uva. Neste ponto, seria importante rever a importância dos Cieps, desde que dirigidos realmente para a população carente.



Henri Acselrad - IPPUR

Propostas de Política de Emprego entre 1981/83 e a Situação Atual

É comum a afirmação de que o dinamismo da economia brasileira é suficiente para gerar empregos, desde que haja uma retomada do crescimento, passando a ser desnecessária a intervenção do Estado. Neste caso, a política de emprego seria apenas compensatória do descenso cíclico. Outra análise estrutural é que o crescimento sem novos empregos é inelutável; estaríamos entrando num novo padrão tecnológico, com flexibilização do mercado, que não pode esperar que o crescimento venha repor o nível de empregos em um patamar desejável. Nessa concepção, política de emprego seria uma política social permanente, mas apenas para alimentar os excluídos.

As duas correntes esvaziam as possibilidades de intervenção dos atores políticos, na conformação de situações alternativas. Nessa abordagem, estaria-se abandonando nas mãos exclusivas do capital a determinação do nível de emprego por ele desejável.

Fiz um estudo na conjuntura de 1981/83, de como os diferentes atores sociais se posicionavam frente à questão do emprego e que tipo de ação governamental eles propunham. Esse período é estratégico, porque nele inicia-se um processo de enfraquecimento econômico dos trabalhadores. O objetivo do trabalho foi tentar entender por que não foi bem sucedido o esforço de mobilizar o Estado para políticas de emprego, naquela conjuntura, usando, para isso, um levantamento do discurso de vários atores sociais, a partir do que era publicado na imprensa. Três grupos de políticas foram identificados:

O primeiro são as políticas de emprego do capital, ações governamentais que pretendiam gerar empregos pelo incentivo à mobilização de capitais. Esse tipo de proposta só não era compatível com a estratégia governamental de ajuste recessivo, voltado para a produção de superávits comerciais e o pagamento da dívida.

O segundo conjunto de políticas é a expansão do emprego não-produtivo, do ponto de vista do capital, como a criação de empregos públicos. Esse tipo de ação era visto com bons olhos por todos. O empresariado o aprovava desde que não tivesse que financiá-lo pelo aumento da carga tributária. Os trabalhadores também faziam suas ressalvas, que no caso era a não-apropriação privada dessas frentes de trabalho, como era comum no Nordeste do país.

Um terceiro conjunto diz respeito à modificação das condições de acumulação do capital, pela redistribuição do emprego entre os trabalhadores, seja pela diminuição da jornada de trabalho ou pela antecipação da aposentadoria, que implicaria em aumento da carga tributária. O eixo da discórdia era a redução da jornada, que deveria ocorrer na proposta dos trabalhadores sem redução proporcional de salários.

Do ponto de vista dos capitalistas, acredita-se que a possibilidade de manejar níveis de desemprego é importante como arma de controle da política econômica. A ameaça do desemprego é uma maneira de chantear o governo. Na análise do período 81/83, porém, isso não aconteceu. O governo, ainda em regime autoritário, podia reprimir qualquer movimento, mantendo a "paz social" em pleno desemprego.

Hoje, não temos mais um Estado autoritário, mas há um processo de desmonte da capacidade regulatória do governo e de redução do núcleo organizado do emprego capitalista, em benefício de formas de trabalho não-capitalistas, terceirização, informalidade, etc, o que dificulta a ação sindical. Frente a esse esvaziamento, precisamos buscar uma reforma do Estado e intervir na luta ideológica, resgatando o papel do trabalhador como fonte de produtividade e não razão de custos a serem eliminados.



**José Roberto Novaes
FEA/UFRJ**

Emprego na Agroindústria do Açúcar e do Alcool

Quando se fala em trabalho no campo, temos exemplos como os mais de cinco mil índios trabalhando nas usinas e destilarias do Mato Grosso do Sul ou os 123 mil menores trabalhando na agroindústria do açúcar e do álcool no Nordeste. E o Estatuto do Menor e a Constituição proíbem o trabalho de menores e o trabalho de índios. Se a legislação trabalhista fosse cumprida no campo, só na região de Ribeirão Preto seriam gerados 100 mil empregos.

Esse cenário foi montado a partir dos anos 70, quando o governo elaborou alguns programas de estímulos à fusão de empresas desse setor. Faltavam recursos para pôr em prática esses programas, que vieram em 1972, com a elevação do preço do açúcar no mercado internacional, no bojo da crise energética. O resultado foi que, em 1965, existiam 534 usinas açucareiras no país. Em 1990, apenas 195.

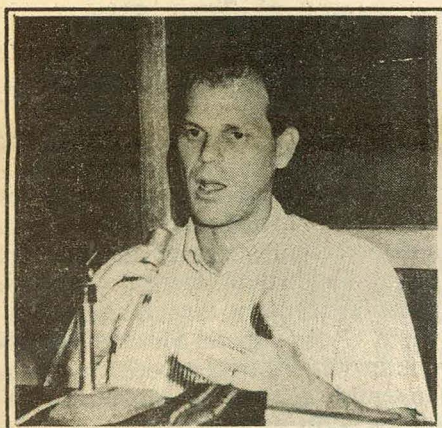
Essa política específica durou até o fim de 74, quando houve uma queda brutal no preço mundial do açúcar e o Brasil estava com um grande estoque e uma safra a ser colhida. O programa nacional do álcool nasce menos para resolver uma crise energética, que não estava bem delineada, do que para diversificar um setor de produção, onde o peso político e ação dos lobbies no interior do aparelho do Estado são fantásticos.

O programa do álcool possibilitou uma expansão violenta desse setor para outras áreas do Brasil, que não as clássicas. Esse grande crescimento não foi feito de forma homogênea, o que levou à desestruturação das relações sociais. A entrada da tecnologia na agricultura vai delinear a conformação de um mercado de trabalho em âmbito nacional e pela segmentação de trabalhadores permanentes e temporários.

A tecnologia contribuiu para o aumento da produtividade de cada trabalhador, mas também reduziu a necessidade de mão-de-obra. Prova disso pode ser encontrada em usinas que utilizam da informática para obter um melhor controle da produtividade de cada empregado. Uma usina que inicia a colheita com cinco mil trabalhadores, em um mês de trabalho, faz uma seleção e fica com a metade, mantendo o resultado da produção final que cinco mil teriam.

A data escolhida para a campanha salarial do campo é a época de safra, para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores. Há três anos, os sindicalistas de São Paulo perceberam que estava havendo desemprego nessa época também. E foram descobrir que a vinda de imigrantes do Vale de Jequitinhonha havia aumentado a oferta de mão-de-obra, obrigando o sindicato a fazer uma mediação entre os dois segmentos.

Dentro desse contexto, nota-se a necessidade de desenvolver uma profunda mudança estrutural nos órgãos de fiscalização do campo, como os ministérios do Trabalho e da Saúde, a promotoria pública e entidades da sociedade civil. Também é preciso aumentar as medidas punitivas para os empresários que não respeitam os direitos trabalhistas, indo da suspensão de recursos públicos até o confisco dos bens. Outra ação seria a distribuição pontual de terras para o assentamento de mão-de-obra nas zonas de produção, o que não chega a ser um projeto amplo de reforma agrária, e o desenvolvimento de políticas compensatórias nas áreas afastadas e supridoras de mão-de-obra. Políticas voltadas, por exemplo, para o Vale de Jequitinhonha, buscando evitar que os moradores de lá tenham de migrar em busca de emprego.



Edward Amadeo - PUC/RJ

Políticas de Mercado de Trabalho

Política de emprego não gera emprego. Isso não significa que não deva haver uma preocupação com a geração de empregos. Geração de empregos é uma consequência de uma série de políticas de outra natureza.

Todos os candidatos a presidente irão eleger o combate ao desemprego como bandeira e certamente todos estarão ou se iludindo ou mentindo. Nós criamos condições econômicas para gerar empregos. Também é perda de tempo tentar criar regras ou restrições para que as empresas parem de demitir. Elas vão demitir se acharem que isso é lucrativo. É preciso criar mecanismos institucionais que incentivem as empresas a não demitir. Gerar emprego é sinônimo de crescimento econômico e política de ofertas, tornando mais lucrativo para as empresas produzir.

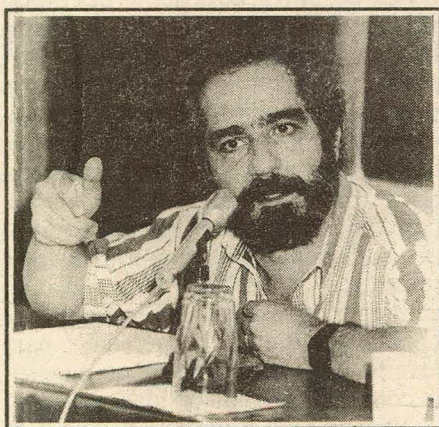
Essas políticas não dependem deste ou de outro ministério, mas sim da geração macroeconômica. A principal

condição para que a economia brasileira volte a crescer é uma redistribuição de renda a favor dos que ganham menos de três mínimos. Para isso, é preciso estabilizar a economia, reduzir juros, aumentar e melhorar os serviços públicos, abrindo espaço no orçamento familiar para o consumo de bens não-públicos, e melhorar o perfil distributivo entre rendimentos do trabalho, que tem aumentado muito a dispersão ultimamente. O que significa pedir aos trabalhadores do ABC para serem mais moderados na hora de pedirem aumento de salários, porque esse aumento é repassado para o preço dos produtos. São essas as pré-condições para que o emprego volte a crescer.

Por outro lado, existem as políticas de oferta que dizem que, numa economia mais ou menos aberta à concorrência internacional, não adianta ela crescer, sem se tornar extremamente competitiva. Não existe processo de reestruturação do mundo que não esteja ligado ao desemprego, pelo menos a curto prazo.

A principal política, pelo lado da oferta, é a política de qualificação do trabalhador: a educação e o treinamento. Um outro ponto são mudanças na institucionalidade nas relações entre capital e trabalho. Fala-se muito em terceirização e apoio a pequena empresa. A razão de se apoiar à pequena empresa não é porque ela emprega muito. Ela emprega muito, mas emprega mal, além de ter uma enorme rotatividade. A pequena empresa é fornecedora da grande empresa. E, na medida em que as condições do trabalho são ruins e a produtividade tende a ser baixa, tudo isso acaba por afetar a grande empresa à qual a pequena é fornecedora. Apoiar pequena empresa sim, mas para a geração de empregos de boa qualidade.

Nenhuma dessas políticas gera emprego. Tudo isso está sendo pensado em diferentes fóruns. Mas estão pensando separadamente. Esse esforço precisa ser globalizado em nível conceitual, para se fazer uma política nacional de mercado de trabalho, que é diferente de política de emprego.



Carlos Alberto Medeiros
IEI - Instituto de Economia
Industrial da UFRJ

Regulamentação e Desregulamentação do Mercado de Trabalho

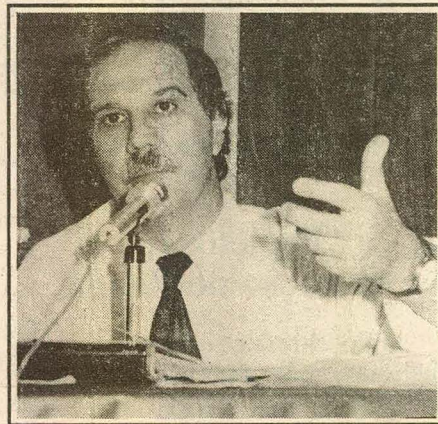
A discussão sobre desregulamentação do mercado de trabalho está

muito localizada na questão dos encargos como obstáculo da expansão dos salários e do nível de emprego. Mas, se olharmos a composição dos encargos, percebemos que o que é encargo propriamente dito fica em torno de 35%. Esse número não é excepcionalmente alto.

Mesmo com as mudanças na Constituinte de 88, o mercado de trabalho continua apresentando grande flexibilidade; a população se desloca muito entre segmentos do mercado de trabalho. Nos parecemos muito mais com os EUA nesse particular. Nossa taxa de desemprego aberto é relativamente baixa, enquanto que a taxa de empregos precários por emprego total é elevadíssima. Assim, como atualmente nos Estados Unidos, nós temos um evidente problema de qualidade dos postos de trabalho criados. Não seria muito difícil encontrar, hoje, uma série de mecanismos que tentem reproduzir um pouco essa situação - em torno da terceirização, por exemplo.

Os argumentos centrados na desregulamentação - que são a redução pura e simples dos encargos como proposta de promoção do emprego - são muito frágeis, assim como é muito frágil como proposta de melhorar a qualidade do emprego criado. Proposta fértil seria submeter essa questão para uma discussão mais abrangente em torno da contratação coletiva de trabalho, transferindo, por exemplo, alguns encargos, que são forma de salário, para o salário direto.

É um desafio social profundo renovarmos as relações laborais que não se prestam hoje. Nós estamos vivendo uma tendência de dualização do mercado de trabalho. Os setores mais avançados vão fazendo boas negociações e o sistema que predomina no emprego global do país fica com instituições laborais profundamente anacrônicas e inadequadas. As conclusões são óbvias, não precisa inovar muito: é em torno de um grande investimento em educação básica. As discussões em torno do nível global de emprego devem passar por uma retomada do conhecimento econômico.



José Paulo Chaad - FIPE/SP
Seguro Desemprego

Os programas de seguro-desemprego no resto do mundo estão sob cheque. Na Alemanha, os gastos com seguro-desemprego triplicaram em 20 anos. O aprimoramento encontrado para enfrentar a situação foi relaxar as regras de enquadramento, ampliar período de pagamento e reduzir período de carência.

O panorama internacional do benefício é cada vez mais difícil de administrar do ponto de vista do volume de gastos. Está se observando no mundo - e aqui nós teremos que pensar - uma definição do que é um desempregado.

No Brasil, o programa tem falhado porque não faz a intermediação da mão-de-obra. Basicamente, foi criada uma enorme burocracia que impediu maior eficiência no pagamento do seguro. Tudo o que se faz é pagar as 4 parcelas ao trabalhador, sem saber se ele está sendo recolocado no mercado. Muitos estão fraudando o seguro. É preciso integrar as políticas de intermediação, controle e formação profissional do beneficiário do seguro desemprego, para que surja um ganho de eficiência substancial no mercado de trabalho.

São muitas as vantagens de se integrar os programas de intermediação, controle e formação profissional. Primeiro, a própria redução dos gastos do seguro desemprego ao se efetuar a intermediação da mão-de-obra; segundo, impedir fraudes ao controlar o programa; terceiro, capacitar o país como um todo ao promover a formação profissional.

Para articular esses programas, teria que haver um centro integrado de emprego, que prestaria serviços às empresas e aos trabalhadores. Nesse modelo, o desempregado poderia ser recolocado no mercado ou receber treinamento profissional. Para criar um centro integrado de emprego seriam necessárias uma reforma constitucional, vontade política, continuidade de equipes técnicas no Ministério do Trabalho - o que não têm - e, ainda, captar recursos do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador)".



Antônio Maria da Silveira
FGV/RJ

Projeto de Renda Mínima

A garantia de renda mínima é uma decisão de valores. É da escolha da população, se quer um Brasil potência ou um Brasil humanista. Defendo o programa de renda mínima desde 71 e trabalhei na elaboração do Projeto-de-Lei apresentado no Senado pelo Senador Eduardo Suplicy, do PT. O projeto garante renda mínima, em dinheiro, na forma do imposto de renda negativo.

Fixamos um teto de participação no programa, que é por volta de dois salários mínimos. Todos os trabalhadores que recebem abaixo de dois SM terão direito à complementação. Os que estão no mercado formal de trabalho recebem

na fonte. Quem está acima de um determinado nível de renda paga imposto de renda no fim de cada mês; quem está abaixo, recebe complementação. Quem está fora do mercado formal também recebe, mas no mecanismo de devolução do Imposto de Renda, a partir da declaração do IR. A alíquota fixada foi de 30%, podendo variar até 50%. A alíquota incide sobre uma base de aproximadamente dois SM, menos o quanto o indivíduo ganha.

Há um efeito de criação de emprego com o programa. O aumento de consumo de toda essa classe abaixo de dois SM gera aumento de demanda para empresários, o que gera aumento da produção e, com isso, aumento de emprego centralizado para a mão-de-obra não-qualificada. Assim, a quantidade de recursos para o programa tende a cair. Há também mudança na composição da demanda; na medida em que tiramos dos ricos e damos para os pobres, aumentamos muito o consumo nesta faixa de bens de salário.

Quanto ao comportamento dos beneficiados, o trabalho é uma realização humana, sentida como necessidade por todos, até pelos mais pobres. O indivíduo quer contribuir, mas quer um mínimo de retorno para que ele viva segundo os padrões mais modestos. Se ele não consegue este mínimo, ele tem três alternativas: primeira, ele nada faz, cai na inanição, na doença e na morte; segunda, o indivíduo reage na imitação do rico, ou seja, rouba; terceira, tentativa de mudar pacífica ou violentamente, o que acaba por trazer aumento do crime.

O programa dá condições para o indivíduo procurar emprego. Estamos pensando atingir 20 a 30 milhões de pessoas, usando 3% a 4% do PIB.

O mecanismo de implantação seria por idade, começando com os maiores de 60 até chegar aos maiores de 25 anos, o que seria atingido em sete anos.



Hélio Portocarrero
Presidente do CORECON/RJ
Previdência Social

Previdência Social é um sistema fiscal, de transferência, em que a base de contribuição é a folha de salários. Não seria justo que todos os benefícios da Previdência fossem iguais em um salário mínimo? Se fossem, o SM poderia passar imediatamente para US\$ 92, sem afetar o equilíbrio das contas da Previdência. Nós precisamos diminuir o teto da Previdência, melhorar os servi-

ços previdenciários - e a classe média deve fazer capitalização.

Acredito que, no Brasil, não é possível seguir o exemplo do Chile. Na verdade, o que o Chile fez foi uma experiência radical, de transformar toda a previdência em capitalização.

É possível haver um sistema misto, como é na Inglaterra; um piso de previdência garantido e vários fundos de pensão. O sistema inglês é ainda mais aberto por permitir fundos de pensão, previdência individual e a previdência capitalizada junto ao Governo. O sistema misto seria um piso puramente por transferência fiscal, acoplado à política de renda mínima; um sistema de capitalização pública, feito pelo próprio INSS, compulsória, provavelmente até dez salários mínimos; e com a possibilidade de as empresas que puderem oferecer fundo de pensão fazerem a substituição integral, se for do interesse de acordos coletivos.

A vantagem desse modelo é não haver subsídio para a classe média. Como existe o teto da previdência, só se desconta até o teto nominal, de dois SM. A grande vantagem é que, com esse modelo, nós acoplamos o sistema de previdência ao processo de crescimento econômico, porque todos esses fundos capitalizados têm que investir. Os fundos mais fortes de capitalização que existem no mundo são justamente os fundos previdenciários. A compatibilização entre previdência e poupança permite o casamento de políticas sociais mais avançadas, com uma política de capitalização da economia.



Caio Márcio da Silveira
NAPP
Projetos de Geração de Renda

O modelo básico do trabalho assalariado na grande empresa industrial, que pautou a história do Brasil das décadas de 50 a 80, é um modelo que tende a não se perpetuar. A retomada tem que considerar a realidade dos micro empreendimentos. O número de experiências de projetos de geração de renda cresceu enormemente, a partir de 90.

Os projetos de geração de renda, embora diferenciados, têm alguns instrumentos que predominam, que são financiamento, capacitação, apoio ao acesso ao mercado e estímulo ao associativismo. O mundo do crédito é estranho e inacessível ao pequeno empreendedor. Há experiências interessantes de apoio creditício que comprovam a

sua viabilidade, com índices de inadimplência praticante zero. A trajetória dos usuários leva a uma efetiva melhoria de faturamento e de rendas familiares. São empréstimos pequenos, renováveis, com correção plena e juros reais, com taxa de retorno significativo. Experiências desse tipo estão sendo praticadas, por exemplo, pelo Centro de Apoio ao Pequeno Empreendimento do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

Sem acesso ao crédito e sem capacitação técnica e gerencial, os micro e pequenos negócios não serão competitivos. Geração de trabalho não é só estímulo a contratações. A simples otimização dos micro e pequenos empreendimentos é um fator capaz de reforçar o papel que elas já ocupam, enquanto principais responsáveis pela absorção de mão-de-obra no país. Os micro e pequenos empreendimentos podem cumprir ainda mais esse papel se estiverem capitalizados e competentes técnica e comercialmente.



Fernanda Carvalho - Ibase
A Dimensão do Emprego na Ação da Cidadania

A campanha pela geração do emprego está tendo um retorno muito maior do que se esperava. A partir de duas ou três iniciativas, especialmente em Minas e Goiás, de utilização de terras de empresas públicas para plantação de arroz, feijão e hortaliças, as propostas se generalizaram. Agora, nós temos milhares de alqueires, onde estão sendo produzidos alimentos para a campanha. Outras iniciativas estão nas parcerias entre grupos de trabalhadores, em universidades, nas comunidades, em empresas públicas, onde têm surgido muita ajuda interessante. A dificuldade na geração de empregos, para algumas pessoas, é a falta de qualificação do pessoal e, para reverter isso, estão sendo feitas parcerias com escolas e universidades.

Nas cidades, o que mais tem acontecido é a formação de grupos de produção, formando malharias, marcenarias e bolsas de emprego. Existe o projeto de criação de um banco popular, que empreste recursos a juros baixos, para pessoas que tenham pequenos projetos de geração de renda. A novidade é que quem está participando é um público completamente novo nessas iniciativas. É interessante ver a classe média descobrindo a miséria e pessoas da Baixada Fluminense descobrindo a cidadania - uma palavra que não constava do voca-

bulário de muitas pessoas. As pessoas mudam e, assim, muda a cultura. Está se desenvolvendo a solidariedade num público que estava totalmente marginalizado e está se desenvolvendo a solidariedade num público que se considerava cidadão, mas que não tinha nenhuma solidariedade. Resolvendo problemas menores, vão aparecendo problemas maiores. Assim, vão surgindo questões, como a reforma agrária, que hoje é discutida favoravelmente por um público que não se interessava nada por isso.



Maria Emília Lisboa Pacheco
Fase/Nacional

Experiências de Produção no Campo

É necessário resgatar o papel dos pequenos produtores como agentes econômicos e interligar as suas funções com a questão da preservação do meio ambiente. Várias experiências no Brasil estão gerando frutos, por colocarem um questionamento ao modelo agrícola vigente. O que importa é exatamente em que medida elas trazem potencialidades no sentido de se pensar em reorganização de políticas, com realce para a produção familiar.

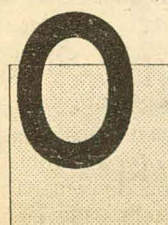
As tendências recentes no Brasil são de generalização dessas experiências de pequenos produtores; de não reduzi-las a espaços de políticas sociais; de combinar produção, comercialização e transformação dos produtos, gerando agroindústrias e cooperativas. Um exemplo é a experiência da Fase, no Mato Grosso, que reúne 400 famílias de pequenos produtores, que organizaram uma Central de Comercialização. Esta Central assume o papel de regular preços no mercado e, ao mesmo tempo, pressiona os intermediários para que não utilizem a prática da compra antecipada do produto.

As políticas que devem ser gestadas são a descentralização da estrutura fundiária ou reforma agrária; crédito diferenciado; reorientação dos profissionais agrícolas; apoio a experiências no campo; elaboração de pesquisas que levem em conta a biodiversidade; legislação para as cooperativas; e, por fim, uma política de educação básica e profissional para pessoas do campo. As experiências locais estão colocando questões que não se resolvem no âmbito local e sim na conjugação de políticas nos planos municipal, estadual e federal.

Automação, emprego, trabalho: propostas para um grande desafio

Luis Paulo Bresciani *

"... estou convencido de que a substituição de trabalho humano por maquinaria é frequentemente muito prejudicial aos interesses da classe dos trabalhadores (...). A opinião defendida pela classe trabalhadora de que o emprego da maquinaria é frequentemente prejudicial aos seus interesses não emana de preconceitos ou erros (...). As máquinas e o trabalhador mantêm-se em constante competição..." (David Ricardo, *Princípios de economia política*, 1817).



O problema da relação entre automação, emprego e trabalho é evidentemente antigo, como nos lembra a citação em epígrafe. Não

só Ricardo, mas outros tantos autores poderiam ter sido lembrados, passando por Gaskell, Marx e Mantoux, em suas descrições e análises sobre a Revolução Industrial e o avanço veloz da maquinaria nas fábricas. Hoje, a questão se recoloca, com semelhanças e particularidades. O dilema inovação/desemprego; e a oportunidade de repensarmos o Trabalho.

Aqueles que tiveram a possibilidade de visitar a brilhante exposição denominada "Trabalhadores, uma arqueologia da era industrial", do fotógrafo Sebastião Salgado, verificam a persistência atual do trabalho cuja melhor definição é "labor": dor, cansaço, atribulação, tortura. Ao se deparar com as fotos dos garimpeiros da Serra Pelada, uma senhora ao meu lado murmura: "parece um campo de concentração..." E não será mesmo, ao lado de tantos outros pelo mundo todo, cruamente revelados?

Há pouco também o jornalista Jânio de Freitas nos lembrou o exemplo da multidão dos verdadeiros heróis brasileiros, indo e vindo (como Sísifo?), a transportar sua dignidade em trens inabitáveis e ônibus que chegam ao requinte de ser "clandestinos", por um salário degradante.

Sebastião Salgado nos permite VER esse Trabalho, e mais: nos aponta as mudanças, nos revela os mundos do trabalho também com um texto simples e direto como um contra-ataque em três toques. O labor que tem seus preços controlados à distância, e sempre reduzidos. O trabalho que se transforma: informática e automação modificando e devorando empregos com voracidade.

Trabalho, automação, emprego. O debate, claro está, não se reduz à importante dimensão do número de postos de trabalho perdidos. Mais do que isso, é um debate sobre a qualidade dos empregos, a valorização do trabalhador, a vida no trabalho e fora do trabalho, a educação, a ação dos sindicatos, dos empresários e do governo, a distribuição de renda, enfim, sobre a democracia, fora e dentro dos locais de trabalho.

O breve diagnóstico deve considerar desde logo que não se pode separar a automação introduzida em todos os setores da economia brasileira, de uma série de outras mudanças de caráter organizacional. A rigor, temos aqui uma difusão muito mais expressiva destas mudanças na organização e gestão do trabalho e da produção, além, claro, da convivência significativa com locais de trabalho que não se transformam. Tudo somado, a produtividade industrial brasileira subiu 18,3% entre 1992 e 1993, enquanto o número de empregos caiu 23%, de 1990 a 1993.

Frise-se também que a automação microeletrônica avança em relação à mecanização e à automação convencional ao possibilitar uma maior flexibilidade nos processos produtivos, além de padrões de qualidade e produtividade diferenciados.

Esta automação também é evidentemente desempregadora. Sem entrar em uma olimpíada de números, remeto os leitores aos inúmeros estudos feitos no exterior e em nosso país, e destaco os casos apresentados ao longo de 11 anos no Boletim DIEESE, além de uma pesquisa realizada pelo mesmo DIEESE em 1989, em 14 diferentes setores. Os números globais da indústria antes apresentados são um indicador do resultado da reestruturação no Brasil; e com automação relativamente limitada.

Excetuando-se a automação bancária, o ritmo de difusão nos demais segmentos é relativamente lento por uma série de fatores: salários baixos, instabilidade econômica, investimentos inibidos etc. Mas a tendência a longo prazo é de aceleração, dada a maior inserção do país no circuito competitivo internacional.

As estatísticas são precárias. O parque de máquinas CNC até 1989 era estimado em 5.760 unidades; os robôs industriais eram 113. Em 1992, as 200 maiores empresas de informática realizaram vendas de US\$ 7 bilhões (1,5% do PIB). No ramo de automação industrial, US\$ 230 milhões foram faturados neste mesmo ano, queda de quase 50% em relação a 1989. A previsão para 1993 era limitada a 300 milhões de dólares.

PROPOSTAS PARA DEBATE

No momento atual, uma preocupação central da sociedade brasileira diz respeito à questão do emprego, sendo potencial seu agravamento dado o avanço da automação. Se a ênfase presente é a quantidade de novos postos que poderão ser perdidos, a qualidade dos empregos e outras dimensões relevantes não podem ser negligenciadas.

As propostas ora apresentadas não são meramente pessoais. Elas certamente refletem também a experiência acumulada pelo DIEESE, assim como a contribuição amadurecida e oferecida pelo movimento sindical brasileiro ao longo dos últimos anos. E, claro está, devem ser compreendidas no âmbito de políticas econômica e industrial que possibilitem a redistribuição de renda, a ampliação do mercado interno, e a retomada dos investimentos públicos e privados. Vamos então a elas:

1 - Automação gradual e seletiva de processos, mediante negociação abrangendo a organização do trabalho, realizada entre empresários, sindicatos de trabalhadores e eventualmente, organismos governamentais, no âmbito de um ramo (com especial incentivo às negociações nas câmaras setoriais), de uma empresa, de uma fábrica ou local de trabalho.

2 - Priorização dos investimentos em automação direcionados a:

- Valorização do trabalhador, e melhoria de sua qualidade de vida;

- Modernização de processos de trabalho insalubres e/ou penosos;

- Expansão da capacidade instalada;

- Melhoria das condições ambientais da unidade e/ou da região;

- Melhoria do atendimento ao cidadão pelo serviço público;

- Melhoria do nível de informação da população.

3 - Estabelecimento e/ou revisão dos mecanismos de crédito para investimentos destinados à produção de equipamentos de base microeletrônica, bem como ao desenvolvimento de software destinado à sua ativação.

4 - Estabelecimento e/ou revisão de mecanismos de financiamento para aquisição de equipamentos de base microeletrônica, com determinado índice de nacionalização, de forma seletiva e mediante contrapartidas.

5 - Entre possíveis contrapartidas empresariais podemos considerar ainda:

- Definição e realização de metas de produção, investimentos e emprego;

- Estabelecimento de representações sindicais por local de trabalho;

- Informação antecipada aos trabalhadores e sindicatos;

- Manutenção ou ampliação do nível de emprego no setor e/ou empresa, garantindo-se realocação interna de trabalhadores sempre que necessário;

- Redução dos níveis de rotatividade;

- Garantia das prerrogativas profissionais dos trabalhadores afetados, em termos do conteúdo das tarefas, qualificação, autonomia etc, inclusive viabilizando acesso dos trabalhadores aos comandos e manuais dos equipamentos, mediante sua tradução para a língua portuguesa;

- Compromisso com a não-utilização de controles informatizados como mecanismo de controle gerencial ou discriminação sobre os trabalhadores;

- Definição renegociada de programas de formação profissional, treinamento e/ou reciclagem, visando a valorização dos trabalhadores;

- Redefinição negociada das estruturas de cargos e salários, visando reduzir o número de classificação e acentuadas discrepâncias salariais.

6 - Distribuição dos ganhos de qualidade e produtividade, destinando-se parte para a recuperação salarial, e parte para a redução de preços.

7 - Redução da jornada efetiva de trabalho, em termos semanais ou anuais.

8 - Acompanhamento da difusão da automação microeletrônica na economia brasileira, através do sistema estatístico nacional.

9 - Fortalecimento das estruturas públicas responsáveis pela educação básica e pela formação profissional, capacitando-as ao tratamento do tema.

10 - Fortalecimento da interação entre empresas, universidades e sindicatos, visando desenvolver projetos conjuntos de expansão ou reestruturação.

11 - Regulamentação dos itens do artigo 7 da Constituição que tratam do direito do trabalhador à "proteção em face da automação", à proteção contra demissão imotivada, e à participação nos resultados da empresa.

O caminho é desafiante, e é preciso (re)construí-lo urgentemente.

* Texto base da discussão de Luis Paulo Bresciani (engenheiro de produção (mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo), é técnico do DIEESE na Subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), no seminário sobre empregos, promovido nos dias 25 e 26 de maio. O relato de cada palestrante estará presente no próximo número do boletim do IERJ.

Reestruturação industrial, inserção internacional e políticas públicas no Mercosul

Paulo Guilherme Correa *

É normal que a estrutura industrial dos países envolvidos na formação de uniões aduaneiras seja impactada pela eliminação dos entraves ao comércio regional e pelo estabelecimento de uma tarifa externa comum. A eliminação das barreiras ao comércio regional provoca dois tipos de efeitos principais. De um lado, os segmentos menos competitivos sofrem concorrência de produtos importados e têm sua sobrevivência ameaçada. As indústrias com níveis de competitividade semelhantes, por outro lado, ajustam-se à integração concentrando a produção em linhas de produto específicas, diferenciadas segundo modalidade de uso, qualidade e sofisticação tecnológica. Cada um desses efeitos pode ser inferido pelo padrão de comércio predominante entre cada indústria (respectivamente, inter e intra-setorial) e refletem, naturalmente, requisitos de reestruturação industrial nos setores. Quanto maior for a predominância do comércio intra-setorial, menores seriam os custos associados aos processos de desindustrialização subjacentes e menores as resistências políticas à integração.

Sabe-se, também, que a participação em uma união aduaneira é benéfica para determinado país sempre que a substituição de oferta doméstica por importações mais baratas provenientes dos países-membro (criação de comércio) for menor que a substituição de importações mais baratas do resto do mundo por aquisições junto aos parceiros da integração (desvio de comércio). Tarifas externas reduzidas são teoricamente recomendáveis para auxiliar no cumprimento a este requisito, embora desagradem a setores potencialmente eficientes no âmbito da região, mas incapazes de concorrer diretamente com o resto do mundo. As dificuldades para estabelecer um regime tarifário único serão diretamente proporcionais às diferenças entre as estratégias industriais vigentes em cada sócio da integração, expressas, simplificada, nos desníveis das alíquotas de importações vigentes nesses países. Essa estrutura tarifária comum, por sua vez, define um perfil de especialização internacional para a região.

O crescimento do desequilíbrio comercial, entre Brasil e Argentina até 1992, e os impasses para o estabelecimento de uma tarifa externa comum em setores como o de bens de capital; o de informática; e para produtos da química fina até dezembro de 1993 expressam a ocorrência de impasses quanto aos efeitos referentes à reestruturação industrial e à inserção internacional no âmbito do processo de integração representado pelo Mercosul. Estas dificuldades refletem, genericamente falando, resistências em ajustar a estrutura industrial de cada país aos efeitos da maior exposição à concorrência no âmbito regional e internacional, isto é, a lidar com os efeitos anteriormente mencionados. São estes ajustes, contudo, que, associados a uma relativamente melhor alocação dos

fatores de produção, bem como às economias de escala decorrentes da especialização da produção e do alargamento do mercado a que cada indústria tem acesso, geram benefícios para os países envolvidos e constituem as razões econômicas dos processos de regionalização. A estratégia adotada pelos países para lidar com estes efeitos constituem, atualmente, obstáculos virtuais para a formação de um Mercado Comum entre esses países.

Ao longo de 1993, o desequilíbrio comercial entre Brasil e Argentina tendeu a se reduzir. Embora ainda favorável ao Brasil, dados preliminares indicam que o saldo comercial ano passado deve estar situado entre US\$ 950 milhões e US\$ 1,15 bilhões, aproximadamente 30% inferior ao resultado de 1992. A redução do déficit decorreu basicamente do aumento das importações brasileiras, por sua vez, resultado da ligeira aceleração econômica e do crescimento da defasagem cambial brasileira, assim como da expansão das exportações argentinas de produtos minerais (em particular combustíveis); material de transporte e produtos de origem vegetal. A correção do desequilíbrio comercial ocorreu, portanto, através de setores em que a Argentina detém vantagens comparativas naturais ou de indústrias em que o comércio é administrado. Esses dados refletem as limitações das pressões relativas ao aumento da concorrência proveniente do Mercosul, até o momento, mas indicam também as possibilidades futuras decorrentes do padrão de comércio vigente.

O padrão de comércio, exclusivo de produtos agrícolas, entre Brasil e Argentina em 1993 encontra-se expresso na tabela apresentada. Embora não seja muito recomendável realizar este tipo de cálculo para períodos curtos, a tabela permite constatar que os segmentos argentinos mais afetados pelas exportações brasileiras em 1993 foram, em primeiro lugar, as indústrias de borracha e suas obras; minério, escórias e cinzas; papel; e produtos siderúrgicos, com níveis de comércio intra-indústria inferiores a 10% do volume total de comércio. Em segundo, encontram-se os setores de máquinas elétricas, manufatura de ferro e aço e produtos diversos da indústria química, com patamares inferiores a 40%. O primeiro grupo, onde as exportações brasileiras exercem pressão maior, corresponde a 15% do volume total de comércio entre os dois países, ao passo que, somados os outros ramos industriais, esse valor cresce para 21%. Para alguns setores, esse padrão de comércio reflete disparidades competitivas entre as indústrias dos dois países, como na produção de aço e de papel, onde o Brasil detém, respectivamente, vantagens associadas ao custo do minério de ferro e à integração com as firmas produtoras de celulose. Em outros, é possível que o desequilíbrio comercial reflita apenas vantagens artificialmente criadas pela divergência de ambientes macroeconômicos existentes e a conseqüente sobrevalorização cambial argentina. Somente nestes casos seria justificável alguma medida compen-

satória por parte do governo argentino. O predomínio do comércio intra-industrial entre Brasil e Argentina, na maior parte dos segmentos produtivos, autoriza avaliar positivamente as potencialidades do processo de integração.

No tocante à tarifa externa comum (TEC), os impasses concentram-se em setores como o de bens de capital, de informática e de química fina. No caso do setor de bens de capital, a questão fundamental é que o governo da Argentina, em maio de 1993, eliminou a cobrança de imposto sobre as importações desses produtos, com o objetivo de incentivar o investimento, a modernização e o reaparelhamento do parque produtivo nacional. O Brasil, obviamente, não pode se comprometer com este nível de proteção por que isto inviabilizaria o parque instalado. No caso da indústria de química-fina, a indústria uruguaia estaria mais interessada em reduzir a proteção concedida para os insumos (princípios ativos) por que boa parte dos produtos finais gerados no país são altamente intensivos em insumos importados. Já a indústria brasileira possui uma rede maior de empresas de pequeno e médio porte, mais verticalizadas e especializadas em certos produtos de uso final. A produção do fármaco (princípio ativo), entretanto, constitui a atividade relevante do ponto de vista da capacitação produtiva e tecnológica neste setor. Reduzir alíquotas para os níveis praticados no Uruguai implica transformar empresas, como a Cibran e a Paraquímica, em meras "empacota-doras" de princípios ativos adquiridos no exterior, dispensando toda a capacidade produtiva e tecnológica desenvolvida em um segmento importante (fármacos) de uma indústria estratégica (química-fina).

De um modo geral, para lidar com os desequilíbrios do comércio setorial e as diferenças entre as estratégias industriais, os países vêm adotando soluções unilaterais, de curto prazo e que criam impedimentos à conclusão do Mercosul. A Argentina, por exemplo, tem optado pela utilização de mecanismos que protegem a indústria local contra a prática desleal de comércio para compensar o crescimento das importações provenientes do Brasil em segmentos como o siderúrgico, eletroeletrônico e petroquímicos finais (PVC). A aplicação de cláusulas de salvaguarda e a cobrança de direitos anti-dumping sobre as exportações brasileiras são medidas inadequadas porque representam novas barreiras ao intercâmbio comercial entre os países e adiam o processo de reestruturação industrial no país deficitário. Do mesmo modo, a admissão de exceções à tarifária externa comum para alguns setores como os de bens de capital, informática e química fina, em dezembro de 1993, além de tornar mais complexa a gestão da união aduaneira, requerendo regras de origem bastante eficazes, reduz benefícios potenciais da integração para setores particularmente sensíveis da economia brasileira.

Embora constituam impactos previsí-

veis, os governos dos países envolvidos parecem absolutamente despreparados para lidar com estes efeitos de maneira congruente à integração. Neste contexto, o correto teria sido priorizar a discussão de uma política industrial (de reestruturação, promoção e concorrência) comum para toda a região. Em caso de urgência, postura mais pragmática seria, pelo menos, procurar estabelecer medidas compatíveis com a constituição da união aduaneira. Isenções fiscais e crédito subsidiado poderiam ser utilizados no caso específico da redução de desequilíbrios comerciais. Negociar uma lista de produtos dos setores de bens de capital, informática e química fina em que, na impossibilidade do Brasil ofertar padrões mínimos de qualidade e preços (eficiência) estaria facultado, para os parceiros da integração, o acesso às importações, respeitada a tarifa externa comum para os demais parece uma alternativa à solução presentemente encaminhada no caso do impasse quanto ao regime tarifário único.

A definição de uma estratégia industrial para a região e de uma política industrial comum não possui nada de antagônico com a liberalização regional do comércio. Além de teoricamente recomendável, a definição de uma política industrial comum serviria para mini-mizar os custos associados à reestruturação industrial e para compensar, em alguma medida, as indústrias ameaçadas pela abertura com relação ao resto do mundo e pela harmonização de políticas. A discussão acerca do estilo de desenvolvimento industrial objetivado representaria, "per se", uma oportunidade de negociação e (re)distribuição dos custos e dos benefícios do processo de integração. Não é razoável pleitear, por exemplo, que a Argentina, após recente período de desindustrialização, suporte integralmente o custo associado à promoção de segmentos da indústria brasileira (bens de capital, informática e química fina). Tampouco parece realista exigir que o Brasil, após longo esforço de substituição de importações e de ajuste à abertura, abra mão do desenvolvimento de setores potencialmente eficientes ou prive tais segmentos dos benefícios vinculados à ampliação do mercado.

Levadas ao limite, as estratégias de desenvolvimento brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia podem ser incompatíveis. Quando não entre si, certamente com relação à harmonização de políticas e à constituição de uma união aduaneira. Caso se considere, de fato, a complementação do Mercosul, pactuar pontos mínimos de um padrão de desenvolvimento industrial para a região (reestruturação industrial e inserção internacional), assim como, definir mecanismos e instituições que garantam a distribuição equilibrada dos custos e dos benefícios da integração parecem constituir uma alternativa viável ao tratamento particularista, fragmentado e corporativo que tenderia a prevalecer em caso contrário.

* Professor da Cândido Mendes e Pesquisador-Associado da FUNCEX.

Sistema de Projeções Qualificadas (3º Bimestre: maio/junho)

URV

A Unidade Real de Valor (URV) deverá sofrer variação de 43,7%, em maio, segundo projeções dos 12 economistas que participaram do Sistema de Projeções Qualificadas (SPQ) do Conselho Regional de Economia (CORECON), relativo ao segundo bimestre de 1994. Para junho os técnicos prevêem uma variação ascendente para a URV: 44,9%.

INFLAÇÃO (IGP-FGV)

Os índices de inflação do bimestre maio/junho, previstos pelos 12 economistas que participaram do SPQ do CORECON não trazem muitas surpresas. A taxa de maio ficará em 47%, o que significa uma evolução de 10,7% em relação ao IGP de abril (42,46%). E para junho, haverá uma pequena queda de 3,07% em relação ao período anterior. A inflação, portanto, fechará o último mês do terceiro bimestre de 94 em 45,6%.

JUROS

A taxa de juros real (descontada a TR do período) continuará evoluindo positivamente neste bimestre, segundo projeção dos 12 economistas que participaram do SPQ do CORECON. O Banco Central manterá, portanto, sua tradicional política de taxas altas. Em maio, os juros deverão ficar em 2,3%, subindo um pouco em junho para fechar o mês em 2,5%. A taxa de abril, segundo a Andima ficou em 0,36%.

CÂMBIO

Não haverá surpresas em relação à política cambial, segundo a projeção dos 12 economistas do CORECON. Pelo menos neste mês de maio o câmbio vai flutuar quase colado à oscilação prevista para a Unidade Real de Valor (URV) do período: 43,5%. Para junho, a paridade em relação à URV será mantida: 44,3%.

DÓLAR PARALELO

A cotação do dólar no mercado paralelo poderá surpreender muita gente, segundo projeções dos 12 analistas do CORECON. A moeda americana deverá fechar o último dia de maio custando CR\$ 1.831,00, o que significa uma variação de 47,6%

em relação a abril (CR\$ 1.240,00). Em junho, segundo cálculos dos analistas o black chegará a CR\$ 2.506,00, acumulando uma oscilação de 36% em relação ao mês anterior.

DÓLAR COMERCIAL

A evolução da cotação oficial da moeda americana não deverá acompanhar as oscilações previstas para o mercado paralelo. No último dia de maio o dólar comercial valerá CR\$ 1.890,00, acumulando variação de 45,16% em relação a abril (CR\$ 1.302,00). E para junho, a cotação oficial do último dia do mês, projetada pelos analistas do CORECON é de CR\$ 2.663,00, com uma variação de 40,8% em relação ao período anterior.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A indústria continuará crescendo esse ano segundo as projeções dos 12 economistas que participaram do SPQ do CORECON. Para março, a projeção da produção industrial (anualizada) é de 4,4%, caindo residualmente no mês seguinte para algo em torno de 4,3%. A previsão da atividade industrial de 1994 divulgada pela Confederação Nacional da Indústria, no início do mês, foi de 4%.

SUPERÁVIT COMERCIAL

As trocas comerciais do Brasil com o exterior continuarão superavitárias este bimestre, segundo as projeções dos economistas do CORECON. Para maio, os 12 analistas que participaram do SPQ prevêem superávit de US\$ 1,1 bilhão, mantendo-se o mesmo saldo para o mês seguinte.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) do país continuará crescendo este ano, segundo projeções dos analistas do CORECON. A taxa estimada é de 3%. Esse dado indica que a economia entrará numa fase de recuperação, embora em nível inferior ao registrado ano passado (5%). O índice também é menor que a previsão de crescimento do produto divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para 1994: 4%.

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (3º bimestre/94) - Indicadores Econômicos

	MAIO	JUNHO
		URV index
URV (%)	43,7	44,9
Inflação (%) (IGP-FGV)	47,0	45,6
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	2,3	2,5
Taxa de Câmbio (%)	43,5	44,3
Dólar Paralelo (*)	1.831	2.506
Dólar Comercial	1.890	2.663
Produção Industrial (%) (anualizada)	4,4	4,3
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1,1	1,1

	(1994 / 1993)
Produto Interno Bruto (%)	3,0
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6,6
FBK / PIB (%)	16,8
Contas Governo / PIB (%) (**)	Déficit 0,8 Superávit

(*) Cotação do dólar no último dia do mês

(**) Resultado operacional

DESEMPREGO

A taxa de desemprego aberto deverá ficar estacionada em 6%, segundo projeções dos economistas do CORECON. Esse nível é muito insuficiente para absorver a crescente demanda por novos postos de trabalho.

FBK/PIB

Os 12 técnicos que participaram do SPQ do CORECON projetam para este ano uma taxa de 16,8% para a formação bruta de capital em relação ao PIB, o que mostra que a economia nacional continua com pequena capacidade de investimento.

CONTAS DO GOVERNO

O governo Itamar Franco será obrigado a fechar o ano de 1994 com um déficit operacional de 0,8% em suas contas, segundo projeção dos analistas que participaram do SPQ do CORECON.

OBSERVAÇÕES

1) As projeções foram realizadas entre 25 de abril e 10 de maio.

2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo CORECON.

3) Como fonte de indicadores passados, presentes e futuros foram utilizadas as informações do Ministério da Indústria Comércio e Turismo; da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE e do Banco Central.

4) Economistas consultados: Adhemar Mineiro (Dieese-RJ); Uriel Magalhães (UM Consultores Ltda); Túlio Duran e Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Gil Pace (GPC Consultores); José Cláudio Ferreira da Silva (Ipea); José Eduardo Pereira (BNDES); Rodrigo Quental (CVRD); Cláudio Contador (UFRJ); Sérgio Werlang (FGV); José Clemente (Petroquímica do Nordeste) e Antônio Carlos Porto Gonçalves (Pinto de Almeida DTVM).

50 Anos de Bretton Woods e o Brasil

O sistema de Bretton Woods que regulou as transações econômicas internacionais completa cinquenta anos em 1º de julho de 1994. Na conferência de Bretton Woods foram negociados e estabelecidos os fundamentos básicos do sistema econômico mundial a partir do final da II Grande Guerra, principalmente, nas esferas monetária e financeira. Mesmo o sistema mundial de comércio estabelecido nas últimas décadas tem vínculos fortes com as negociações de Bretton Woods.

As relações econômicas internacionais, tanto dos países desenvolvidos, como dos países em desenvolvimento inclusive, o Brasil têm sido determinadas ou influenciadas pelos princípios, normas, acordos, procedimentos e organizações multilaterais definidos em Bretton Woods.

A amplitude e profundidade das transformações globais tem tido como consequência a necessidade de se repensar o sistema econômico mundial em geral, e os

seus mecanismos institucionais, em particular. Há um consenso entre os principais atores no cenário internacional acerca da reforma urgente das instituições fundamentais do sistema de Bretton Woods. Com efeito, a conclusão recente da Rodada Uruguaí do GATT teve como consequência a criação de uma nova Organização Mundial do Comércio, que implica num amplo conjunto de regras que definirão um poderoso aparato regulatório multilateral, com importantes repercussões em cada país.

O evento "50 Anos de Bretton Woods e o Brasil" procura recolher subsídios para um expressivo conjunto de atores que podem influenciar na formulação e definição de uma nova estratégia de inserção internacional e de uma nova política externa para o Brasil, considerando as transformações globais neste período.

As conferências estarão centradas em três aspectos: (1) as mudanças ao longo das últimas 5 décadas; (2) as questões centrais do momento atual; e (3) propostas de reformas institucionais e alternativas de políticas.

P · R · O · G · R · A · M · A

1 - Transformações Globais
Coord. Cândido Mendes
(Faculdade Cândido Mendes)
9:30 às 12h - 13/06
Maria da Conceição Tavares (IERJ), Teotônio dos Santos (UFF) e Wanderley Guilherme dos Santos (Cândido Mendes)

2 - Internacionalização da Produção e Empresas Transnacionais
Coord. Maurício Mesquita
(BNDES)
14 às 17:15h - 13/06
Otavio Barros (UNICAMP), Paulo H. Pereira Lira (Economista) e Rui Santa Cruz (Cândido Mendes)

3 - Comércio Internacional e Integração Econômica
Coord. Ronaldo Raemy Rangel
(CORECON)
17:30 às 20h - 13/06
Fátima Mello (FASE), Lia Vals Pereira (FGV - UERJ) e Pedro Motta Veiga (FUNCEX)

4 - Sistema Monetário e Financeiro Internacional
Coord. Carlos Lessa (CORECON)
14 às 16:30 h - 14/06
Claudio Roberto Contador (COPPEAD-UFRJ), Dercio Munhoz (UNB) e Reinaldo Gonçalves (PACS)

5 - Paradigma Tecnológico e Propriedade Industrial
Coord. Luiz Antonio Rodrigues Elias (CORECON)
9:30 às 12h - 14/06
Luis A. Barbosa (FINEP), Paulo Pedreira (a confirmar - COPPE) e Paulo Tigre (UFRJ)

6 - Pobreza, Emprego e a Carta de Havana
Coord. Pedro Claudio Cunha Bocayuva (FASE)
16:45 às 18:15 h - 14/06
José Marcio Camargo (PUC), Luis Carlos Prado (UFF) e Viviane Ventura Dias (CEPAL)

7 - Meio Ambiente
Coord. Helcio Gadret
18:30 às 20h - 14/06
Carlos B. Vainer (IPPUR-UFRJ), Marcelo Mello (UFF) e Ronaldo Seroa da Motta (IPEA)

DATA: 13 e 14 de junho de 1994
LOCAL: Faculdade Cândido Mendes - Rua da Assembléia 10 - subsolo
INSCRIÇÕES: 224-0578 (Cássia)
PROMOÇÃO: CORECON/ SINDECON / IERJ / PACS
Inst. Políticas Alternativas para o Cone Sul • Faculdade Cândido Mendes
COMISSÃO ORGANIZADORA: Reinaldo Gonçalves (PACS), Luiz Antonio Rodrigues Elias (Corecon/Sindecon/IERJ) e Ronaldo Raemy Rangel (Faculdade Cândido Mendes)

TESES-94

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Título: Inflação, Regras de Reajuste e Busca Sequencial: Uma Abordagem sob a Ótica da Dispersão de Preços Relativos"

Autor: Sérgio Guimarães Ferreira
Resumo: Esta tese procura testar a validade da hipótese da presença de custos de etiquetagem nas regras de reajuste de preços das firmas num ambiente de alta inflação da primeira metade da década de 80 no Brasil. Utiliza-se para isto o conceito econométrico de variável integrada, buscando a partir de técnicas apropriadas identificar a existência de vetores de cointegração entre inflação esperada e dispersão de preços relativos.

Título: Um Modelo para o Balanço de Pagamentos: Evidências Econométricas e Projeções

Autor: Sonia Zagury
Resumo: O objetivo da dissertação é elaborar um modelo de previsão para o Balanço de Pagamentos no Brasil, através de estimativas econométricas de equações de comportamento para cada um dos seus componentes, determinando a evolução da dívida externa. A pesquisa procura adequar tal modelo de modo a vinculá-lo aos resultados gerados pelo Global Econometric Model (Modelo desenvolvido pela London Business School e pelo National Institute of Economic and Social Research) para as variáveis mundiais, exógenas ao modelo brasileiro. A dissertação se encerra com alguns cenários de resultados para o Balanço de Pagamentos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Título: Um Estudo Sobre o Papel do FMI no Sistema Financeiro Internacional
Autor: Marcos Cesar Lopes Barros
Resumo: A dissertação aborda a trajetória do Fundo Monetário Internacional a partir de sua criação em Bretton Woods até a crise da dívida externa da década de 80. Analisa as transformações do sistema financeiro internacional do pós-guerra e seus reflexos sobre as atividades do FMI.

Título: A Liberalização Comercial no Brasil: Impactos Sobre o Complexo Têxtil/Vestuário
Autor: Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth

Resumo: O objetivo desta dissertação é avaliar os impactos da reforma tarifária de 1991/1993 e da liberalização das importações sobre o setor têxtil e de vestuário brasileiros. A escolha destes setores deveu-se ao fato de terem sido os primeiros a passar por um programa articulado de reduções tarifárias e de abolição de barreiras não tarifárias. Na realidade realidade, a redução imediata das tarifas (Prevista no Programa Setorial Integral elaborado por empresários e governo e aprovado em 1989 - para 1995), já em 1990, resultou da pressão exercida pelo item "vestuário" sobre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), sinalizando o retorno de pressões inflacionárias e pondo em risco o programa de estabilização do Governo Collor. Esperava-se que a redução das tarifas estimulasse as importações e que a concorrência externa exercesse um efeito estabilizador sobre os preços domésticos dos produtos destes setores.

INFORME
CORECON

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 10.06.94

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

